



Clipping Nacional

de

EDUCAÇÃO

Brasília, 26 de Setembro de 2019

Ibope revela desgaste na área ambiental

Segundo pesquisa, a desaprovação na área aumentou de 45% para 55% entre junho e setembro; 50% desaprovam a forma de governar

Julia Lindner / BRASÍLIA

Pesquisa Ibope divulgada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) aponta que a desaprovação à política ambiental da gestão Bolsonaro subiu de 45% para 55% entre junho e setembro. As notícias sobre o governo mais lembradas pela população se referem ao meio ambiente, alvo de críticas no Brasil e no exterior em razão das queimadas na Amazônia.

Pesquisa Ibope publicada ontem demonstrou a continuidade da tendência paulatina de desgaste do presidente Jair Bolsonaro, com leve oscilação para baixo na taxa de aprovação ao governo. Houve alteração significativa, porém, no nível de insatisfação com a atuação na área ambiental. Segundo o levantamento, a taxa de desaprovação nesse setor aumentou de 45% para 55% entre junho e setembro deste ano.

A pesquisa, feita a pedido da Confederação Nacional da Indústria (CNI), mostrou que metade da população (50%) desaprova a

maneira de Bolsonaro governar o País. Na pesquisa anterior, feita três meses atrás, a taxa de desaprovação ao desempenho pessoal do presidente era de 48%. A aprovação, por sua vez, passou de 46% para 44% no mesmo período.

Na série histórica do Ibope desde o início do governo, esta é a segunda pesquisa em que o percentual de entrevistados que desaprovam Bolsonaro é marginalmente maior que o dos que a aprovam.

Desde janeiro, a aprovação da maneira de governar do presidente caiu 23 pontos percentuais, de 67% para 44%. Já a desaprovação subiu 29 pontos: foi de 21% para 50%.

Segundo o levantamento, entre junho e setembro, a parcela da população que considera o governo Bolsonaro ótimo ou bom oscilou de 32% para 31%. O percentual que avalia a atual administração como ruim ou péssima oscilou de 32% para 34%, no mesmo período. As variações ocorreram dentro da margem de erro da pesquisa, mas confirmaram a tendência apontada anteriormente de aumento do desgaste da gestão.

Em outro quesito do levantamento, 55% dos entrevistados afirmaram não confiar no presidente. A taxa era de 51% em

junho. Já os que confiam caíram de 46% para 42% entre uma pesquisa e outra.

Memória. O Ibope, além de registrar aumento na desaprovação à gestão ambiental, detectou que as notícias sobre o governo mais lembradas pela população se referem justamente ao meio ambiente. O governo foi, recentemente, alvo de fortes críticas no Brasil e no exterior por causa do aumento das queimadas na Amazônia. Um em cada cinco dos entrevistados pela pesquisa lembraram de notícias relacionadas ao meio ambiente, considerando as queimadas na região amazônica e os embates entre Bolsonaro e o presidente da França, Emmanuel Macron.

O segundo grupo de notícias mais lembrado (11%) se refere à saúde do presidente, que no dia 8 de setembro passou pela quarta cirurgia após a facada que recebeu na campanha eleitoral.

Na análise por área de atuação do governo, a desaprovação é mais alta em relação aos impostos (62%) e à taxa de juros (61%).

Outro tema em que houve aumento de desgaste é o combate à fome e à pobreza, cuja desaprovação subiu de 51% em





junho para 57% em setembro. No combate ao desemprego, a desaprovação passou de 55% para 59% no mesmo período.

O tema mais bem avaliado continua sendo a segurança pública, cuja aprovação é de 51%. A área é comandada pelo ministro da Justiça, Sérgio Moro, que foi enaltecido como “símbolo nacional” por Bolsonaro em discurso na Assembleia-Geral das Nações Unidas.

Na segmentação geográfica do eleitorado, a maior taxa de desaprovação ao presidente é registrada no Nordeste (61%). No Norte/Centro-Oeste, é de 40%.

O Ibope ouviu 2 mil pessoas em 126 municípios entre 19 e 22 de setembro. O levantamento anterior havia sido realizado de 20 a 26 de junho. A margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou para menos.



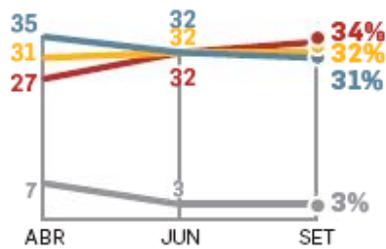


LEVANTAMENTO

● Pesquisa realizou 2.000 entrevistas em 126 municípios entre 19 e 22 de setembro

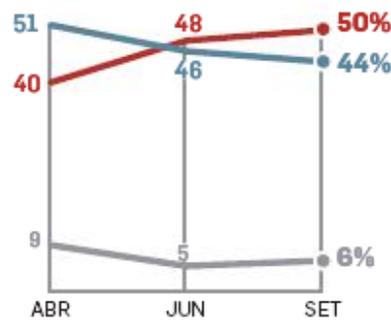
Avaliação do governo

■ ÓTIMO/BOM ■ REGULAR
■ RUIM/PÉSSIMO ■ NÃO SABE/NÃO RESPONDEU



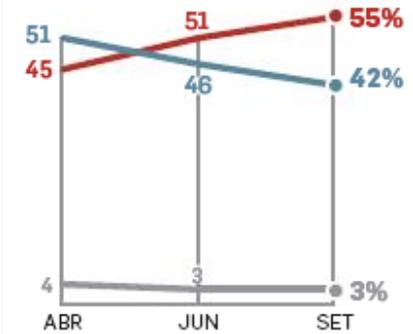
Aprovação da maneira de governar

■ APROVA ■ DESAPROVA
■ NÃO SABE/NÃO RESPONDEU



Confiança no presidente Jair Bolsonaro

■ CONFIA ■ NÃO CONFIA
■ NÃO SABE/NÃO RESPONDEU



OBS.: A MARGEM DE ERRO ESTIMADA É DE 2 PONTOS PORCENTUAIS PARA MAIS OU PARA MENOS; NÍVEL DE CONFIANÇA UTILIZADO É A SOMA DOS VALORES PODE DIFERIR DE 100% POR QUESTÕES DE ARREDONDAMENTO

Percepção sobre o governo Jair Bolsonaro

EM PORCENTAGEM POR ÁREA DE ATUAÇÃO

■ APROVA ■ DESAPROVA ■ NÃO SABE/NÃO RESPONDEU



Maioria das federais rejeita plano do MEC



Adesão voluntária. Programa que prevê mudanças na gestão das universidades foi apresentado por Weintraub em julho

Universidades públicas temem que programa resulte em perda de autonomia financeira

Renata Cafardo Priscila Mengue

A maioria das universidades federais já decidiu não aderir ao Future-se ou manifestou críticas ao programa do Ministério da Educação (MEC), lançado em julho. E, até agora, nenhuma instituição declarou publicamente que pretende participar do projeto que prevê gestão por meio de organizações sociais (OSs) no ensino superior público.

O levantamento foi feito pelo Estado em consultas às 63 universidades. Entre as que já decidiram em seus conselhos internos pela não adesão estão as

maiores e mais tradicionais federais, como a de São Paulo (Unifesp), do Rio de Janeiro (UFRJ), de Minas Gerais (UFMG) e de Brasília (UnB).

Reitores já dão como certo que o programa não será implementado como foi apresentado. No mês passado, em entrevista ao Estado, o ministro Abraham Weintraub chamou dirigentes que criticavam o Future-se de “pessoal militante politicamente” ligado ao “PSTU, PSOL, PT”. Para ele, o programa, de adesão voluntária, contaria com um quarto das federais.

A maior crítica das instituições é sobre possível perda da autonomia acadêmica e financeira porque os contratos de trabalho ou para pesquisas seriam fechados por meio de OSs. “Não sabemos quais serão

os objetivos das organizações sociais, os projetos podem passar a estar subjugados ao que dá lucro. Que mercado vai querer financiar doenças negligenciadas, por exemplo?”, indaga a reitora da Unifesp, Soraya Smali.

Segundo ela, a Unifesp não é contrária a diferentes formas de captação de recursos, desde que “garantido o recurso público para o funcionamento das instituições”. Documento aprovado pelo Conselho Universitário da instituição, que abriga a Escola Paulista de Medicina, uma das mais conceituadas do País, diz que o Future-se “possui diversas fragilidades e riscos” e, por isso, é “inaceitável”.

Desde o lançamento do programa, procuradores das universidades têm analisado as propostas e chegaram à conclusão de que não há sustentação jurídica. Um dos questionamentos é sobre a venda de bens públicos pelas organizações de direito privado. Segundo documento divulgado pela Federal do ABC (UFABC), o Future-se “prevê a alteração de 17 leis” e não deixa claro como isso será feito. O Conselho Universitário da UFABC aprovou uma “moção de repúdio” ao programa.

Proposta. A ideia central do Future-se é a captação de recursos





próprios pelas instituições e a gestão por meio de OSs. Também incentiva naming rights (usar o nome de empresas/patrocinadores) e busca de dinheiro pela Lei Rouanet, algo que muitas federais já fazem. Outro ponto que reitores consideram que não está claro é a criação de um fundo para financiar pesquisas e inovação. Há questionamentos sobre a legalidade jurídica e viabilidade fiscal. O programa prevê ainda indicadores de metas e governança.

Nesta semana, Weintraub declarou ao Estado que as instituições que aderirem ao Future-se teriam de contratar professores por regime de CLT (carteira assinada) e não mais por concurso público. Para boa parte dos reitores, a informação se tornou mais uma razão para não participar do programa.

“Nosso trabalho é o oposto, é buscar a dedicação exclusiva do professor para garantir que ele dê aulas e faça pesquisa”, diz a reitora da Federal de Alagoas (Ufal), Valeria Correa. A Ufal não divulgou um documento final sobre o assunto elaborado pelo Conselho Universitário, mas tem criticado o programa.

Outro caso é da Universidade Federal do Tocantins (UFT), cujo reitor, Luís Eduardo Bovolato, já declarou publicamente que o projeto é “vago” e aderir ao Future-se seria um “mergulho no escuro”. A UFT

deve decidir se vai rejeitar ou aderir ao programa só em outubro.

Mapeamento. O levantamento do Estado mostra que 34 das 63 universidades federais (54%) rejeitam o projeto de alguma forma. São 27 que já decidiram em seus Conselhos Universitários por não aderir à proposta e outras sete que ainda vão concluir um documento, mas criticam o Future-se. Outras 27 ainda não tomaram uma decisão ou não pretendem se manifestar até que haja um projeto de lei. Duas não responderam à reportagem e também não publicaram posicionamento a respeito do programa.

O MEC pretende finalizar em outubro projeto de lei para mandar ao Congresso. O programa passou por consulta pública, finalizada em agosto. Questionado pelo Estado sobre as instituições que já teriam aderido ao programa, o secretário da Educação Superior do MEC, Arnaldo Lima, disse que essa informação era confidencial. Depois, afirmou que “formalmente não há quem aderiu ou não ao Future-se, (porque) o projeto precisa primeiro ser aprovado pelo Congresso”. Segundo ele, “17 universidades estão contribuindo ativamente para o aperfeiçoamento do programa”.

Na semana passada, reitores discutiram o programa no Senado. Eles tiveram a garantia de Lima de que o projeto consideraria as críticas e seria apresentado aos reitores antes

de ser enviado ao Congresso. No entanto, foram surpreendidos com a entrevista de Weintraub ao Estado em que falava sobre a contratação de professores por CLT. A primeira minuta foi feita sem participação das universidades, o que também desagradou.

Rui Vicente Oppermann, reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), diz que o MEC não pode apresentar planejamento estratégico único para instituições de perfis tão diferentes. “Há universidades com cem anos, outras jovens. O plano de gestão tem de ser feito com autonomia, cada uma tem de resolver como vai administrar seus recursos.”

As universidades enfrentam contingenciamento de 30% de seus orçamentos e cortes em bolsas. Além disso, a relação com Weintraub está estremecida por causa das declarações do ministro. Ele já disse considerar que há “balbúrdia” nas instituições e elas recebem dinheiro demais para fazer pouco.

“Resultaria na fragilização de mecanismos de governança e financiamento existentes, elementos basilares da universidade nos dias atuais.”

Dácio Matheus
REITOR DA UFABC



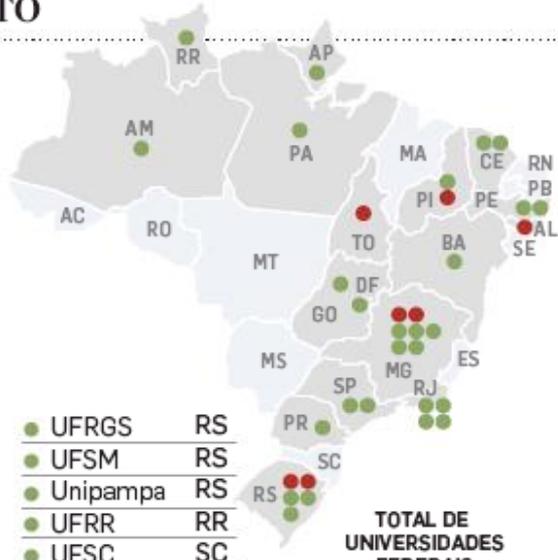


LEVANTAMENTO

● Mais da metade das universidades rejeitou ou teve posicionamento crítico ao programa

Não vão aderir

- UFAM AM
- UFPA PA
- UNIFAP AP
- Univasf BA/PE/PI
- UFC CE
- UFCA CE
- UnB DF
- UFG GO
- UFJF MG
- UFSJ MG
- UFOP MG
- UFU MG
- UFMG MG
- UFPG PB
- UFPE PE
- UFPR PR
- UFF RJ
- UFRJ RJ
- FURG RJ
- UFRRJ RJ



- UFRGS RS
- UFSM RS
- Unipampa RS
- UFRR RR
- UFSC SC
- UFABC SP
- Unifesp SP

Têm posição crítica

- UFAL AL
- Unifa-MG MG
- UFVJM MG
- UFPI PI
- UFCSPA RS
- UFPEL RS
- UFT TO

TOTAL DE UNIVERSIDADES FEDERAIS
63



FONTES: ASSESSORIAS DE COMUNICAÇÃO/SITES E REITORES DE UNIVERSIDADES FEDERAIS INFOGRÁFICO/ESTADÃO



Ministro diz que Enem terá como foco conhecimentos objetivos

Por Mariana Tokarnia -
Repórter da Agência Brasil
Brasília

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) deste ano terá como foco conhecimentos objetivos. Segundo o ministro da Educação, Abraham Weintraub, a preocupação do Ministério da Educação (MEC) será selecionar os melhores alunos para ocupar as vagas no ensino superior.

“Não vai cair ideologia, a gente quer saber de conhecimento científico, técnico, de capacidade de leitura, de fazer contas, de conhecimentos objetivos”, afirmou o ministro que participou ontem (24) do programa Brasil em Pauta, da TV Brasil, da EBC.

Ele acrescentou que o interesse do MEC é “simplesmente selecionar as melhores pessoas para ocupar

as vagas nas faculdades. A nossa preocupação é mérito, só”.

Após polêmica envolvendo questões do Enem no ano passado, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), vinculado ao Ministério da Educação, criou, no início deste ano, um grupo responsável por “identificar abordagens controversas com teor ofensivo a segmentos e grupos sociais, símbolos, tradições e costumes nacionais” e, com base nessa análise, recomendar que tais itens não fossem usados na montagem do Enem 2019.

O ministro ressaltou, na entrevista, que a aplicação do exame este ano está garantida.

Carteira estudantil será digitalizada

Ele falou ainda sobre a digitalização do MEC, que lançou, este ano, a carteirinha

de estudante digital. A ID Estudantil começará a ser emitida em dezembro.

A digitalização também chegará ao Enem, que, ano que vem, terá aplicação por computador realizada de forma piloto.

O Enem 2019 será realizado nos dias 3 e 10 de novembro, em 1.727 municípios brasileiros. Mais de 5 milhões de pessoas farão o exame em 14 mil locais de aplicação de provas.

Quem já concluiu o ensino médio ou vai concluir este ano pode usar as notas do Enem para se inscrever no Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que oferece vagas em instituições públicas de ensino superior. Os estudantes podem ainda concorrer a bolsas de estudo pelo Programa Universidade para Todos (ProUni) e podendo ser beneficiados pelo Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).